

CASL →

CEDI - P. I. B.
DATA 31, 12, 186
COD K2B00010

P. Afonso de Moraes Passos

O PROBLEMA DO ÍNDIO NO BRASIL

O PROBLEMA DO ÍNDIO
NO BRASIL

Artigo transcrito do jornal «O Estado de São Paulo», da cidade de São Paulo, números dos domingos 25 Abril 1971; p. 161; e 2 Maio 1971, p. 194.

A MAGNA QUESTÃO DO ÍNDIO NO BRASIL

P. Afonso de Moraes Passos

Recentes providências do governo federal, relativas à construção de estradas na região amazônica e declarações dos srs. presidente da Fundação Nacional do Índio — Funai — e do gên. Frederico Rondon, de um lado e, de outro, dos srs. dr. Noel Nutels, Orlando Villas Boas, P. Antônio Iasi, prof. Afonso Arinos de Mello Franco, prof.ª. Laraia e de mais alguns antropólogos, como igualmente artigos de vários jornais — aqui, em São Paulo, num só dia, no jornal “O Estado” apareciam nada menos que dois comentários (1), colocaram em cheio, mais uma vez, perante nossa terra e o mundo, o problema do indígena brasileiro.

No presente apanhado, queremos, primeiro, focalizar a relevância da questão ameríndia, em si mesma e para a cultura universal. Prosseguiremos, depois, com apreciação sôbre a assim denominada “política indigenista” brasileira, para finalizarmos com perspectiva que reputamos cientificamente exata para estudo do soluçãoamento do problema.

1 — *Povoamento da América* (síntese).

Hoje comumente se admite não seja autóctone o “Homo Americanus”. Provêm do Oriente, com diversas origens imediatas. Usou de alguns caminhos, reduzíveis provavelmente a dois: estreito de Bering e Pacífico Sul (somos discípulos da escola de Paul Rivet). Aceitando-se que a atual espécie humana, a Sapiens, exista há uns cem mil anos, pode-se concordar com os que afirmam terem os primeiros homens pisado solo americano em tórno de 40 mil anos atrás. Divergem outros, apresentando respeitáveis objeções

(1) Estado de São Paulo, 14 de abril de 1971, págs. 3 e 20. Depois da publicação do presente artigo, ainda outros eminentes antropólogos manifestaram-se pela imprensa, em total unanimidade, a favor dos critérios antropológicos como norma de solução para o problema índio.

aos — 35.000 anos, ou mais, atribuídos aos testemunhos humanos de Lewisville (condado de Denton, Texas, E.U.) e aos — 33 mil anos computados para a presença do homem em T. Street Site, San Diego, Califórnia. A indústria lítica junto ao hoje seco lago Manix, sul da Califórnia, avaliada primeiramente em 17 mil anos, na atualidade está datada em apenas 12.300 anos a.C.(2). Em todo o caso, no México, níveis pleistocenos estudados, contendo artefatos sobre lâminas, receberam datas tocando os 20 mil anos atrás.

Na América do Sul, a mais antiga datação comprovada é de 12 mil anos a.C. e se refere a conjuntos industriais da Venezuela, Peru e norte do Chile. As primitivas populações da Patagônia foram datadas em 10 mil anos a.C.

É mais provável, contudo, que novos achados nesta parte sul e quase inexplorada do continente recuem essas datas pelo menos outro tanto.

Diversas culturas desenvolveram-se na América, algumas até amplamente já pesquisadas. Quanto ao nosso país, afóra alguns estados anteriores, só ultimamente especialistas nacionais ou estrangeiros vêm se dedicando, em diuturno esforço, às investigações sobre nossas mais remotas origens.

2 — O atual ameríndio não é o primitivo “Homo Americanus”. Consoante sentença comum, provem êle de migrações mais recentes. Chegou, porém, à América, em nosso peculiar caso ao futuro Brasil, muito antes de quaisquer europeus.

O índio tem valor em si mesmo, pois é pessoa humana. Sujeito de direitos inatos ou adquiridos. Entre êsses, a posse e exercício de seu domínio mental e dos outros bens seus. O que significa que os demais homens, mesmo sem “declarações dos direitos do Homem”, têm o dever de respeitar sua capacidade humana de possuir e de dispôr do que é seu, tanto no mundo mental quanto no material.

Alem dessa observação medular, é mister consideremos quão incalculável para o conhecimento humano é o estudo das diferentes culturas indígenas, na sua riqueza e variedade de conteúdo. Assim, a origem das populações americanas, quem sabe do próprio homem (todos os mitos falam sobre isso), crenças, linguística, técnicas, relações humanas, o lastro ou substrato psicológico... A preservação dessas antigas culturas, — aqui no Brasil, quando

(2) «Radiocarbon»,¹ vol. 9, 1967, pág. 478.

puras, no estágio neolítico, — é por si mesma, ainda que prescindissemos do essencial, objetivo necessário e esplêndido. A humanidade futura jamais nos perdoará, se privarmos a ciência desse conhecimento insubstituível.

3 — A questão índia em nosso país prende-se a acervo de fatos, que poderíamos rotular, para fins de classificação num universal, de “aculturação”.

Não o vocábulo, sim a realidade começou a se fazer presente desde os inícios da descoberta.

Grandes ideais de conhecimentos novos, aventuras e ambições moveram a época das navegações. Ninguém lhes nega legitimidade, se não transgrediram o direito natural. Era a expansão de uma das culturas do mundo.

Acresça-se a isso, o direito de cada homem poder migrar. E muitos dos europeus vieram para a América, para a terra dos brasis.

A exigência do direito é que tal migração fôsse pacífica. Como o foi a recepção dos aborígenes à frota de Cabral; acolheram aos estranhos com inteira naturalidade e genuína lhaneza, “porque esta gente é boa e de bela simplicidade” escrevia Pero Vaz de Caminha naquela emocionante e deliciosa carta a el rei Dom Manuel, que se deve ler com o espírito de joelhos, datada “Deste Pôrto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500” (3).

O que aconteceu foi precisamente o contrário. A migração europeia caracterizou-se, em seu conjunto, pela violência contra o dono da terra. Truculência. Opressão.

“Conquistadores” como Cortez e Pizarro, roubaram impérios, assassinaram povos, usaram de meios os mais vis e degradantes para satisfazerem sua ambição. A leitura dos documentos históricos referentes a êsses fatos envergonha qualquer espécime humano.

Entre nós, não havia impérios a serem conquistados com prepotência e traição. Mas, essas duas manifestações do que há de mais baixo no homem são uma constante nas relações com os aborígenes. Achou-se muito “natural” reduzir os índios à escravi-

(3) Edição Dominus, São Paulo, 1963, págs. 60 e 68, fac-simile à pág. 69.

dão dos estrangeiros, destruir suas tabas, violar suas mulheres. E viu-se logo que os nascidos da mescla das duas raças prosseguiram na execução dos mesmos desígnios.

Justiça seja feita aos governos de Portugal e Espanha. Esclarecidos por certos eclesiásticos e outros — lembrem-se aqui os nomes de Bartolomeu de Las Casas e do Padre Vieira, entre os demais —, promulgaram leis em defesa dos espoliados. Mas, tais determinações pouco foram seguidas nas longínquas terras de América. E fizeram dos defensores do índio o alvo de ódios profundos. Daí provieram as expulsões de Jesuítas de diversas localidades brasileiras, São Paulo inclusive, no século XVII.

A mentalidade da maioria dos colonizadores, excetuados, pois, uns poucos, funcionava sôbre o eixo central do direito do mais forte. Dententores de técnica mais evoluida, raciocinavam como se declarassem, alto e bom som, a todo o ameríndio: Por você ser fraco, aposso-me de sua terra, de sua caça, de sua liberdade; tudo aquilo em que você crê, por minha vontade já não mais existe; a você só resta aderir ao que eu penso, fazer o que eu mando, porque é só se me servir que você sobreviverá.

Essa, a mentalidade que vem destruindo o homem que aqui habitava antes que nós invadissemos seu território. Esse, o raciocínio que fêz desaparecer milhões de indígenas — quantos havia à ocasião da descoberta — e reduzi-los aos magros milhares de hoje. De 15 a 20 milhões de então, quantos serão hoje? Chegam a... 50 mil? Há quase 500 anos que estamos coagindo o ameríndio a aceitar nossa cultura. Não atualmente, mas por longo tempo já passado, nós, frutos da cultura greco-romana aprofundada e elevada pelo cristianismo, ao mesmo tempo que pregávamos o “Amai-vos uns aos outros”... fazíamos de homens “inferiores” nossos escravos.

E ainda atualmente, a idêia fôrça da aculturação é simplesmente a fôrça. O direito do mais forte em impôr. O dever do mais fraco em obedecer. Porque mesmo quando alguns usam de roupagem antropológica para dissertar sôbre a aculturação oficial, não querem obstinadamente admitir a realidade que aqueles conceitos deveriam encerrar, com suas consequências práticas. A tintura antropológica serve apenas de cenário para a prossecução da atávica mentalidade do mais forte.

Evidentemente, não há quem, em sã razão, possa negar a pátria que nossos diretos antepassados construíram, penosamente.

Tambem sou filho de bandeirante^s e as histórias, fatos, ocorrências de minha gente e da formação da terra brasileira eu as ouvi, transmitidas de geração a geração, e com que enlêvo e brio. Se é preciso assegurar, afianço que amo entranhadamente minha pátria e que meu mundo psicológico nativo tem aqui, e há séculos, todas as suas raízes. Todos os brasileiros, provindos, hoje, de quaisquer origens, prezamos nossa terra comum e nos orgulhamos dela.

O que não significa que, na hora precisa, omitamos olhar de caráter científico e objetivo aos êrros que tivemos ou nos quais ainda laboramos. É dever de honestidade, uma exigência cultural, uma defesa do direito, um apostolado da ciência e, sobretudo, um alerta para que tais lamentáveis falhas não continuem ocorrendo. Não poderíamos no séc. XVI e nos imediatamente posteriores exigir conhecimentos científicos que só a partir da segunda metade do séc. XIX iam ter possibilidade de vicejar. Isto explica muito senão. Mas, o espezinamento do Direito, nunca. É sempre tempo para um “mea culpa” coletivo, que será sincero enquanto eliminar pela base a possibilidade de ter que ser repetido.

4 — Daí a necessidade, aqui, de um aprofundamento, breve que seja, sôbre as noções incluídas no conceito de “aculturação”.

A questão da relatividade das culturas vem a talho.

É conquista antropológica, admitida por todos, sejam as culturas relativas e não absolutas. Com essa verificação, expressamos o fato de que não há cultura superior a outra. O complexo cultural, produto do homem, enquanto é manifestação do espírito humano, vale por isso mesmo. Todas as culturas, assim consideradas, têm o valor que o espírito do homem possui: que é o mesmo em tôdas.

Tambem são relativas, porque todas elas, no seu momento histórico e localização geográfica, realizam o máximo que, naquelas determinadas circunstâncias, o espírito humano pode atingir. Daí vem que, “todo sistema cultural humano é lógico e coerente dentro de seus próprios termos, segundo as suposições e conhecimentos básicos à disposição da comunidade”, (4).

(4) Pertti J. Peltto — Iniciação ao estudo da antropologia. Rio, Zahar, 1971, trad., 2.ª ed., pág. 88.

Concordes no tocante à relatividade das culturas, os antropólogos divergem quanto ao relativismo dos valores sôbre os quais repousam as mesmas culturas. Alguns o admitem, negam-no, outros. Enfileiro-me modestamente entre êstes últimos, prestando, embora, minha homenagem aos que discordam desta escola.

De fato. Aceitar o relativismo dos próprios valores fundamentais da humanidade é, para nós, negar a humanidade. Dizer que a maneira diferente pela qual são interpretados os valores fundamentais indicaria a equivalência e relatividade dêsses valores entre si, ainda que opostos, parece-nos repúdio à natureza humana. Pois ela existe — do que ninguém duvida — e dela provêm alguns valores fundamentais (é dêstes, apenas, que estamos falando). Tais valores fundamentais existem em todas as culturas, não obstante as interpretações que podem ser muito diversas, consoante os elementos de que cada complexo cultural possa dispôr. E ainda quando, num choque de valores fundamentais, exigindo opção, o elemento menor cede ao maior — como o respeito à vida humana cede ao valor bem comum ou sacrifício ritual —, isso não significa que não exista aquele valor preterido no cotejo. Mas, somente que há hierarquia entre êles, como em tôda a natureza.

Julgar que não há “certo” ou “errado”, nem “verdadeiro” ou “falso”, porque os valores seriam relativos (os fundamentais) é rejeitar os valores naturais do homem, de todos os homens. O subjetivismo seria, então, o único valor permanente da humanidade. A qual seria tantas humanidades quanto êsses seus valores díspares. E nem haveria motivo para se procurar melhorar toda a humanidade, acabar com injustiças (matanças de judeus dentro da cultura hitlerista), como também teríamos, enfim, que negar a própria ciência, que tem de basear-se em realidades objetivas e não, por exemplo, no movimento aparente que diariamente faz o sol em torno da terra, por muito que fôsse “relativamente verdadeiro” para certas culturas.

Alongarmo-nos mais nesse último ponto, neste momento, seria afastar-nos do tema central deste artigo. Para nós, contudo, se as culturas, repetimos, são relativas e não podemos taxar de inferior a nenhuma — conquanto inferior possa ser parte dela, isto é, a técnica —, não o são os valores fundamentais derivados diretamente da natureza mesma do homem; estes são absolutos.

5 — Notemos, de início, que aculturação é algo de empenhativo em antropologia. (Leia-se, entre outras, a magnífica obra do Prof. Egon Schaden, “Aculturação indígena”).⁽⁵⁾

Requer preparo científico esmerado e a aceitação de seqüela de conseqüências necessárias.

De início, mister se faz nos dispamos do etnocentrismo pueril que respiramos cada dia, supondo que nossa orgulhosa cultura deva ser o centro do universo e que é através dela que nos compete olhar as demais.

Logo após, impõe-se profundo e, quanto possível, completo estudo da cultura em foco. Ela é sempre constituída de um complexo total, onde o homem se situa a si mesmo em seus pensamentos e ações, onde se relaciona com os outros, as coisas, o universo. É dessa análise “por dentro” que depende tudo mais. Será através dela que se encontrará a *porta*, clara-boia que seja, que possibilitará a aproximação das culturas sem traumas e aniquilamentos.

Aqui, a teoria que perfilhamos de valores fundamentais comuns a toda a humanidade nos serve de subsídio. Será compreendendo *internamente* a cultura em estudo que se descobrirão as teclas de valores humanos comuns; e êles poderão servir, as mais das vêzes, para o avizinhamento, talvez cuidadosíssima e lenta interpretação de culturas.

Só então haveria aculturação “por dentro”. E na medida qualitativa e quantitativa que a pesquisa puder autorizar. Só ali não desabará o mundo mental do aborígene, nem sua dignidade, sua altivez inata, nem sua alegria e gôsto de viver.

É evidente que aculturar, portanto, é tarefa exclusivamente de especialistas, ao menos no nível da direção e das decisões. Poderão contar com colaboradores outros, dotados de genuína vocação para êsse delicado trabalho, mas que ajam somente sob sua imediata e contínua orientação, após receberem consistente instrução.

6 — Mas, quando se deve culturar?

A resposta melhor será dada em cada caso peculiar. Algumas normas gerais podem ser traçadas, contudo.

Situam-se hoje nossos pobres índios em três estágios culturais, subdividido cada um em graduações. — É o que concludo, salvo melhor julgamento de pesquisas e observações.

(5) São Paulo, Pioneira, 1969.

Há os de cultura ainda intocada, graças ao bom Deus. Estão como na época em que nosso maravilhado descobridor pisou a terra “dádiosa e boa”. Há os que estão sendo “aculturados” em proximidade de postos governamentais, em centros missionários ou junto das periferias de invasões dos “civilizados” — povoados que foram surgindo, núcleos seringueiros, estradas, campos de pouso, fazendas forçosamente latifundiárias. E há, enfim, os que já foram “aculturados”. Estes últimos, com exceção de alguns, foram transformados em semi-pátrias, não misturados, mas justapostos às populações locais, talvez em ínfimo nível social e, não muito esporadicamente, gravados de vícios.

Quanto aos do primeiro estágio, entendo que sua cultura virgem deva ser preservada, com o matizamento conveniente. Explico-me. Não sou dos que neguem à ciência o dever da investigação e conhecimento, ainda quando se trate de invioladas culturas. E, crendo em Deus, autor da natureza, da matéria e das leis que regem sua evolução, não posso ser, e não sou, infenso a que sua mensagem chegue a todos os homens. — Julgo legítimo também o labor do missionário instruído.

Aí está. Pode haver avizinhamiento até em relação a essas culturas. Mas, terá de ser manipulado por entendidos, só por êles. Estudando tais complexos culturais “por dentro”, especialistas poderão encontrar a área de comunicação, o vão exíguo e exato para que, — no caso de a finalidade ser a ciência —, não se torne danoso o encontro; ou, — na hipótese missionária —, para que seja percutido o eco, localizada, com precisão e sem traumas, a resposta que em cada criatura lateja à espreita do apelo de seu Deus. Mas, note-se, tal contacto não pode ser efetuado através do arcabouço mental greco-romano: tem de ser levado a termo dentro da mentalidade e quanto possível mediante a instrumentação conceitual daquela determinada cultura em estudo, que continuará a viver inteira. O que supõe preparação delicada e profunda, só possível a especialistas. — A isso denomino preservar as culturas virgens “com o matizamento conveniente”.

Eminente etnólogo, meu dileto amigo e mestre, tem boas razões para julgar que as crianças de tais culturas poderiam ser aculturadas, com os devidos cuidados exigidos pela ciência. Sempre discordei, porque são essas crianças que deverão continuar culturas possuidoras de direitos pelo menos iguais à greco-romana; não têm porque perecer ou transformarem-se. Mas, reconhe-

ço que, *dada a triste situação de fato*, a aculturação ^{de} criança seria o mal menor.

Relativamente aos índios do segundo estágio — em vias de “aculturação” — é mister imediata reformulação, para se salvar o salvavel. Todo êsse trabalho deveria ser superintendido por especialistas, dotados de suficiente elasticidade e adaptação à diversidade dos casos e precisões. Só aí teríamos um modo de agir justo, criterioso e inteligente.

No concernente ao terceiro, pobre grupo apenas posso dizer que é o testemunho vivo perante o tribunal da História e do Futuro de nosso trabalho de “aculturação”.

7 — Toquei na questão missionária e é ela fator relevante no complexo assunto de que estamos tratamos. Aqui nos limitaremos a observações essenciais, apenas.

O missionário foi dos maiores construtores do atual Brasil. Sem guerrear nem escravizar, pregando idéias, muitas vezes sozinho, sem residir (no passado), em bases fixas, marinhandos por florestas, como disse o poeta, movido por ideal absorvente, certamente figura entre os expoentes da espécie humana. Ontem, como hoje, vários dentre êles, por instinto admiravel, entraram um tanto dentro das culturas a catequizar. Desde Anchieta temos traduções da doutrina cristã para línguas indígenas. Ainda presentemente, sei de missionários na Amazônia, curtidos em anos, enfermidades e experiências, que compõem léxicos e gramáticas no idioma das gentes às quais devotaram sua vida. E êsse titânico esforço missionário estende-se por quase cinco séculos. Ininterruptamente. Em profundidade. Quanto deve nosso país a êles?

Mas, aqui também, houve senões. E alguns não são pequenos. Cometidos com as melhores intenções, com nobreza de perspectivas. Por carência de instrução especializada. Repito, não se lhes podia pedir conhecessem ciências que só futuramente a humanidade iria descobrir. O que não faz de um desacerto um proveito, numa apreciação objetiva.

O próprio ensino de mensagem divina e ela mesma sofrem danos se não são comunicados dentro do arcabouço mental, no que tenha de válido, de quem os recebe. Penso, e já escrevi sobre isso, que aí está o motivo da hoje verificada deficiência havida na catequização de outro grupo étnico, êste provindo de fora do continente. A escravidão negra, mancha da cristã América, carrou da África para nossas terras elevado número de pessoas, aqui

sumariamente incluídas no cristianismo. Qual o resultado dessa conversão abrupta? Considerando só nossa terra, podemos observar alguns bons resultados, provindos de circunstâncias convergentes, mas talvez maioria de fracassos. Alguns membros desse grupo étnico tem antecedentes de séculos de Brasil; outros sofreram a importação para o país em época mais recente. E que vemos? quando, há poucos anos, puderam os cultos africanos em nossa pátria receber foros civis, eis que emergiram à luz do dia nada menos que religiões trazidas da longínqua África, inteiramente montadas em suas interessantes peças, e bem localizadas em determinados sítios daquele sofrido continente. Sinceros, os negros acreditavam no que se lhes impigia, mas uniram sua ancestral fé à nova crença, num ecletismo que constitui as delícias dos pesquisadores de hoje. (Ainda na última Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Salvador, era de ver-se como antropólogos pagavam elevadas somas a motoristas de táxis, em certas noites, para serem conduzidos a terreiros de candoblés, julgados mais autênticos, em afastadas periferias dessa estupenda Bahia de todos os Santos... “e de todos os deuses”).

Foi o que, bastas vezes, aconteceu também com o dono da terra, o índio, mesmo quando, para sua desgraça, foi “acabocladado”. Um cristianismo enxertado dessa maneira externa e estrangeira — que a cultura o era —, não obstante todos os sacrifícios vividos, só pode ser recebido “per modum recipientis”, isto é, dentro do contexto da cultura existente, sob sua perspectiva e compreensão.

Felizmente, nota-se nesse setor uma alvorada. Hoje já não são poucos os missionários especializados em antropologia. Entre outros testemunhos, seja-me aqui permitido citar os autores da monumental “Enciclopédia Boróro”, salesianos de Mato Grosso, de tão boa aceitação internacional. P. Alcionílio Alves da Silva, com sua “A civilização indígena dos Uapés”, de sucesso imediato em diferentes universidades dos Estados Unidos. O Jesuíta Azzi exprime atualmente as mais modernas e corretas idéias antropológicas a respeito do índio brasileiro, membro que é da missão de Diamantino. Em São Paulo, P. Vicente César, da congregação missionária que é o Verbo Divino, mantém filial do “Anthropos” (de Mödling, Viena, depois Friburgo da Suíça, hoje St. Angustin, Bonn) e promove cursos. E muitos mais.

No entanto, deve-se dizer alto e bom som que há resistências, inclusive de autoridades eclesiásticas. Sentem-nas êsses mesmos

que se especializaram. Por ausência de formação científica, vários ainda não compreendem a necessidade absoluta de apostolado em bases humanas antropológicas, científicas. E como a Igreja é sociedade hierárquica, não se devem menosprezar tais óbices. Por não poderem atingir a inteligência requerida no assunto, por alguns a aculturação é vista de modo errôneo, fragmentário, quando não apressado. Não obstante magníficas intenções. Ouso insistir em sugestão ao meu ver inadiável e exigida pelos fatos: de curso, ao menos de seis meses, para nossos estimados e, sem favor nenhum, heroicos missionários. Há dificuldades ingentes nessa interrupção de trabalhos encetados; mas a vantagem está em possibilitar melhor penetração da mensagem divina, razão das missões. Existe departamento da Conferência dos Bispos Brasileiros, supervisor das lides missionárias. A êle nossa sugestão. Já a havíamos feito, em geral, tempos atrás, (6). E aos dignos hierarcas e grupos dirigentes de tôdas as confissões religiosas que mantêm missões em nossa pátria, idêntico, caloroso pedido. Missões são Graça, Mandato Divino e, hoje, da parte humana, instrução, ciência, conhecimento antropológico. É tempo de acabar-se com a ignorância também nesse importante setor de nossas missões religiosas. Para bem do apostolado em si, do necessário prestígio das várias confissões e da dignidade de nossos estimados missionários.

8 — Passemos, ora, à “política indigenista” em nossa pátria.

Também ela animada das melhores intenções.

O respeito à vida do índio, tão inculcado pelo marechal Rondon; a benevolência oficial para com êle, a focalização de alguns de seus valores, a defesa, dentro de processo da “aculturação”, oficial, de outros, foram certamente bens dessa política. Mas, quantas falhas!

Primeiramente, a realidade missionária brasileira foi situada fora daquela perspectiva oficial. Era o pagamento de tributo ao positivismo ainda vicejante no Brasil do tempo. Assim, para o oficialismo vazio do momento, a mais consistente fôrça indigenista simplesmente não existia. A grande rede missionária, envolvendo o Brasil há quatro séculos, com potência de penetração em todos os

(6) Cf. nosso artigo «Missões e antropologia» in Revista Eclesiástica Brasileira, vol. XXVIII, março 1968, págs. 137-142.

rincões pátrios, poderia ter sido inteligentemente aproveitada. Sem quebra da separação entre Igreja e Estado. — Em vez disso, foi posta à margem.

A segunda consideração é sobre o Serviço de Proteção aos Índios. O nome é generoso. Fundado por idealistas, alimentados pela chama de dedicação ao índio, que se chamou Cândido Rondon. Como os missionários, também o grande patriota incorreu em erros notáveis sob o ponto de vista científico. Sua formação era visceralmente etnocentrista. A criação do Serviço, todavia, foi grande vitória para a causa do índio, que precisamente carecia de proteção. Com a retirada do exímio soldado, os defeitos congênitos da organização, e os adquiridos, foram se evidenciando sempre mais. Falta de competência, falta de vocação — é mister que esta também exista em homens por vezes escalados para quase solitários postos avançados, e estes é apenas um exemplo — foram os empecilhos quase involuntários, estruturais. Mas, houve outros.

A Revolução de 1964, que veio reconciliar o Brasil com suas raízes e espírito nacional, fez a única coisa adequada à realidade então vivida pelo aludido Serviço: extinguiu-o. Conquanto ainda lá houvessem representantes do antigo idealismo, a fama corrente e, sobremaneira, os muitos processos levantados pela Revolução mostraram panorama bem diverso do sonhado por Rondon. Declarações do próprio Ministro do Interior, na ocasião, com pormenores revoltantes, deixaram pasmos quantos não conheciam ainda a queda da “proteção” aos índios.

A lei n.º 5.371 de 5 de dezembro de 1967 criou a atual Fundação Nacional do Índio. Prevaleceu aqui, devido ao estarmos em outra época que a da criação daquele extinto Serviço, tonalidade antropológica bem mais evoluída. A política indigenista, agora, deverá estar baseada nos princípios do respeito às instituições e comunidades tribais, garantindo-lhes a posse permanente das terras onde vivessem, além de promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas sobre os aborígenes. Também lhe competiria preservar o equilíbrio biológico e cultural do índio. E, atenção, resguardar sua aculturação espontânea, como afirma o atual presidente da “Funai” — a sigla da Fundação —, “de modo que se processe uma evolução sócio econômica gradativa, a salvo de mudanças bruscas” (7).

(7) Fôlha de São Paulo, 15 de abril de 1971, pág. 3.

Mas, a falha original da “Funai”, como de seu antecessor, o Serviço, continua sendo aquela dupla falta estrutural — etnocentrismo e carência de vocação — aduzida mais acima. Há ainda, “conselho diretor” onde se vêm alguns antropólogos. Mas, não dispõem de autoridade prática de decisões.

Uma pessoa pode ser muito competente dentro da profissão que escolheu, mas não o ser em outras. Um cirurgião de transplantes de coração, por muito renomado que fôsse, só por isso não seria competente engenheiro, construtor de pontes; feitas por êle, aliás, poderiam ou deveriam elas desabar. Geneticista de alto gabarito científico, revelador de parte dos segredos do “código da vida”, nem por isso seria apto dentista.

Para dirigir delicadíssimo e sensível órgão antropológico só poderia ser nomeado exímio antropólogo. É necessário patriotismo, sem dúvida, dedicação, tino administrativo, capacidade de decisão, qualidades comuns a qualquer chefe, mas antes do mais supõe-se que a pessoa escolhida para o cargo entenda do assunto que vai dirigir.

Por falta dessa basilar exigência, a “Funai” prossegue com a mesma fundamental mentalidade do antigo Serviço de Proteção aos Índios, conquanto sob tonalidade um tanto diversa: uso de palavras antropológicas, *com sentido não antropológico, condicionado à instrução de quem as tem que empregar.*

O mesmo senhor presidente dêsse órgão, cujas expressões citamos pouco acima, diz igualmente: que não vê “nenhum inconveniente em que a estrada Cuiabá a Santarém, BR 80, atravessasse o Parque Nacional do Xingu, nem acredita numa eventual degenerescência da cultura primitiva sob o influxo da civilização... Se viessem a verificar-se inconveniências, elas seriam — a seu ver — supridas com a criação de postos de fiscalização ao longo da estrada, com o objetivo de controlar o contacto da civilização com os índios (8). No que se afirma tranquilamente que sob o influxo da civilização, não haveria “degenerescência da cultura primitiva”, e onde se sustenta que tais postos de fiscalização poderiam representar alguma coisa de eficiente.

A idéia força permanente em tôdas as políticas indigenistas de nosso país é, infelizmente, a da *mentalidade etnocêntrica do Homo oeconomicus* da civilização moderna. Além dessa, o atual

(8) Estado de São Paulo, 9 de abril de 1971, pág. 30.

sr. presidente da Funai tem outra, bastante original. Respondendo a carta que enviara eu ao sr. Presidente da República, com seu ofício de n.º 566, de 7 de dezembro de 1970, o sr. general Oscar J. Bandeira de Mello escreve textualmente: “Por outro lado, ela (a “Funai”) se preocupa com as necessidades de integração nacional, o interesse da comunidade brasileira, cuidando desde já de evitar a possibilidade de criação de quistos étnicos completamente estranhos à tradição cultural do nosso País”, o que é de uma enormidade absoluta e retrata com fidelidade o complexo mental e falta compacta de especialização em assunto vital para a humanidade e para nossa pátria. Evidentemente, segundo o princípio filosófico, ninguém dá o que não tem e o senhor dirigente da “Funai” apenas manifesta sua particular compreensão do caso, — etnocentrismo puro — sem culpa da parte dele. Mas, é supremamente doloroso esteja dotado dessa autoridade, para a qual não teve preparação, pelo visto, nenhuma.

A mesma mentalidade, embora não reduzida assim a afirmação tão exulada de qualquer longínquo critério científico, aparece em outras cartas que possuo, de dirigentes oficiais indigenistas, anteriores.

Êsse é, em consequência, o espírito que causa o animicídio perpetrado em nossa terra contra os donos da terra, reus do crime de serem tecnicamente mais fracos. Há quase 500 anos somos animicidas. Ainda hoje, quando a ciência antropológica progrediu tanto.

Em sucessivas declarações, o mesmo sr. presidente da Fundação Nacional do Índio disserta sobre “integração do índio”, sua “aculturação” e outros pontos relevantes, necessariamente debaixo da mesma mentalidade obsoleta e jejuna do que possam significar verdadeiramente tais conceitos. Aponta até exemplos do Parque do Xingu, (na nossa classificação, no segundo estágio de relação com a cultura greco-romana) sobre aborígenes que vestem roupa quando o turista se retira; e poderia aduzir muitos outros nesse estilo, no qual, justapondo-se externamente cultura de técnica mais desenvolvida, fazemos da imitação do Homo oeconomicus meio para “aculturação” imposta em violência psicológica e em destruição do mundo mental e mítico do ameríndio. Na mesma entrevista ⁽⁹⁾, o sr. presidente da “Funai” achou convenient-

(9) Estado de São Paulo, 22 de abril de 1971, pgs. 1 e 9.

te descer mesmo a ataques pessoais aos irmãos Villas-Boas, o que não seria conforme a discussão em nível científico, caso êsse fôsse o gabarito.

Um conferencista, no dia 6 de abril passado, pediu nada menos que a extinção do Parque do Xingu, pálida tentativa que é de minorar o pesadume e amargor da “aculturação” animicida. Foi o sr. general Frederico Rondon, ⁽¹⁰⁾.

Tais senhores são fieis servidores da pátria que nossos antepassados construíram. Ela provavelmente lhes deve ser grata pela folha de serviços que, em suas profissões, possuem, pois atingiram altos pontos em suas carreiras. Todos lhes reconhecemos isso. Não a competência, que não existe, de se pronunciarem desembaraçadamente sôbre assuntos que solidamente ignoram. Involuntariamente embora, prestam desserviço, e grande, à nossa terra, nesse peculiar setor. Além da gravidade dos fatos em si — falta de conhecimento da realidade das coisas, comprovada pela ciência — apresentam ao mundo imagem que em nada prestigia a terra que é de nós todos.

Toquei em ponto muito atual: o das novas estradas. O Brasil deve integrar em sua comunidade nacional a vasta região amazônica. Ninguém o nega, sendo brasileiro. Não basta a posse jurídica, requer-se a efetiva. Há ainda o perigo de aventureiros de fora lançarem-se à conquista da Amazônia, com dano de nossos bens, talvez de nossa própria soberania. É questão pacífica a necessidade dessa integração e bem haja o govêrno que afinal resolve executar a anosa idêia.

Mas, não se pode querer o bem de maneira inadequada: porque isso é querer o mal. Não se pode realizar a longamente desejada integração a custa de animicídios em massa, terminando obra destruidora dêstes 4 para 5 séculos de civilização.

Há um só, grande problema da Amazônia, não diversos, semi independentes entre si, conflitantes por vêzes. Como também não há diferentes soluções, uma do ministério da agricultura, outra da FAB, uma terceira do exército, outra do ministério de obras públicas, outras propostas por sociólogos, ou parlamentares ou pela Petrobrás ou por *fazendeiros*. Essas são as várias partes de uma única solução a ser dada, de modo inteligente e eficás.

(10) Estado de São Paulo, 7 de abril de 1971, pág. 9.

Todos êsses, e outros objetivos, a serem alcançados na região amazônica devem ser escalonados dentro do respectivo lugar que ocupam no entrosamento geral. Achamos que o escopo supremo, a *idêia mestra* a pervadir todo o planejamento único e orgânico, o critério geral para as escalonadas decisões é a salvaguarda, ao menos nessa altura do progresso humano, do valor índio. É o *homem-índio*. O humanismo que precisa ser defendido, em primeira plana, no caso concreto, isto é, no derradeiro refúgio do perseguido secular. Dali devem partir e depender todas as demais soluções: estradas, povoamento, aeroportos, exploração econômica...

Colocado no centro o problema que é o medular, poderíamos analisar todos os objetivos. Curvados finalmente à ciência, à justiça tão vilependiada pelo nosso critério econômico de homem mais forte, reparando um pouco tudo o que fizemos nestes quinhentos anos. Deixaríamos de usar a linguagem inculta do século XVI, ainda hoje empregada à larga, e passaríamos a falar a do século XX. Desistiríamos de nos imitar a nós próprios, no que tivemos de errado no passado, ou aos Estados Unidos do século da marcha para o oeste, para agirmos como homens não divorciados da cultura, do bem e da verdade. E da caridade cristã, que apregoamos.

O questionamento de tudo quando ponderamos fixa-se em tórno do *direito à sobrevivência* de um grupo de pessoas humanas. O índio goza desse direito? ou só lhe cabe o dever de desaparecer, de morrer física ou espiritualmente? Que valor deve prevalecer: o da conquista, do Homo Oeconomicus, ou o do complexo cultural em que o aborígene se realiza? Sem negar nossa pátria, construída com o amor e o sangue de nossos maiores, fecundada pelos seus ossos, continuada até hoje também por nossos feitos — por que o primitivo dono da terra, espoliado truculentamente por nós, reduzido por nós de vários milhões a poucos mil, por que não teria êle direito, aqui, ao menos a uma fatia de chão, a uma nesga de sua cultura encantadora e tão necessária a êle como o ar que respira? Em que nos apoiamos para impôr-lhe, prepotentes, nossa cultura econômica? Por que teria perdido êle ao menos os direitos vitais, entre todo o conjunto que reinvidicamos tão feroz e taurinamente só para nós? — Tudo examinado e meditado, nosso direito é o da FÔRÇA. Êsse é o que está a nosso favor. E é por isso que enfrentamos a problemática da Amazônia sem colocar em seu centro a questão substancial: o índio.

Essa, a única solução adequada à realidade. Depende dela a salvação de um povo, de uma cultura, das mentes indígenas e os rótulos com que a posteridade brasileira etiquetará as administrações e povo atuais.

Para concretizar essa colocação exata do problema, para que as autoridades responsáveis pela defesa do Homem do Amazonas pudessem mesmo dispor de poder eficiente e não só decorativo, talvez fôsse o momento de se estudar cabalmente a conveniência ou não de se criar ministério próprio, que seria da Amazônia ou muito melhor, do Índio Brasileiro. Esta é só sugestão; técnicos e especialistas deverão decidir sôbre ela, mas parece ser meio de se atingir eficazmente a finalidade. Debaixo dessa formalidade estruturada, seriam organizados os demais serviços como nôvo setor de rodovias, exploração de minérios, nova zona aérea, nôvo exército, novas circunscrições missionárias das diversas religiões e tudo o mais que tal multiplicado desafio preanuncia.

Assim, poderíamos trabalhar todos juntos, dentro da estruturação que a realidade das coisas exige. Para que estarmos polemizando entre nós, por vezes estadeando ao mundo nossa descontraída ignorância, se o que desejamos é o bem de nossa pátria? Não podemos negar as conquistas do progresso científico, hoje de domínio de largas camadas internacionais; não o devemos negar, porque somos criaturas racionais. E porque se trata, medularmente, do *direito* do ameríndio em sobreviver. Unamo-nos organicamente. Sob o critério, primeiro, do valor primordial; depois, dos demais, todos êles dignos de respeito e execução.

— E essa seria a grande obra do Brasil de 1971.

